

UM SÉCULO DE MOAGEM EM PORTUGAL, DE 1821 A 1920 DAS FÁBRICAS ÀS COMPANHIAS E AOS GRUPOS DA PORTUGAL E COLÓNIAS E DA SOCIEDADE INDUSTRIAL ALIANÇA

JAIME ALBERTO DO COUTO FERREIRA

(Prof. Associado da Faculdade de Economia da U. de Coimbra)

A nossa civilização, ou melhor, o complexo civilizacional que é o nosso e que alberga as componentes mediterrânica, nórdica e atlântica foi, em termos de alimento fundamental, uma civilização do pão de trigo e de centeio. Durante séculos, este constituiu não só o alimento básico de todas as camadas da população, como foi o principal produto agrícola cultivado e, até chegar ao consumidor, por toda a parte ocupou inúmeras gentes no comércio interno e externo, na feitura de farinhas, nos fornos e nas padarias. Devido a estas múltiplas implicações o pão foi, ao longo dos séculos, um bem que suscitou, no seio das cidades e dos Estados, questões sociais, religiosas, morais, políticas e administrativas, contribuindo para o desenvolvimento de saberes que estão na origem de ciências como a agronomia e a economia e os estudos antropológicos, onde a sociologia, o direito, a etnografia e a história (como acontece no nosso caso) o tomam como objecto das suas análises.

Ao longo dos séculos, desde a formação do reino até tempos recentes, a produção, circulação e venda de cereais conheceram, em Portugal e na generalidade dos países europeus, dois grandes períodos, separados pelo séc. XVIII. O primeiro foi o mais longo e, nele, as dificuldades na produção agrícola, a insuficiência das vias e meios de comunicação, a fraqueza do comércio interno e externo, o reduzido poder de compra das populações obrigaram a que os poderes citadinos (as Câmaras) intervissem no abastecimento do pão e que a actividade mercantil, por razões sociais, mentais e políticas fosse fortemente condicionada: vigiavam-se os preços e as existências, proibía-se a circulação, substituíam-se os mercadores por agentes do poder municipal, etc.

Todavia, à medida que se avançou para meados do séc. XVIII, a maior eficácia do comércio externo e as melhorias na produtividade e na produção cerealífera levaram à necessidade de suprimir a anterior política — e a dinâmica mercantil acabou por ser legitimada (através da reflexão dos primeiros economistas) e por ser legalizada (através das medidas dos políticos iluministas). Foi então forjado um novo enquadramento legal que colocou o abastecimento em termos de política de Estado e de aceitação do princípio da liberdade económica, ou seja, a questão do abastecimento do pão começou, a partir daí, a dissolver-se no seio da conceptualização, mais elaborada e coerente, da novel ciência, a Economia Política.

No entanto, nos primeiros anos da contemporaneidade, no fim das Guerras Napoleónicas, o maior mercado português, o de Lisboa (à semelhança dos outros mercados europeus), encontrou-se super-abastecido de cereais e os

preços caíram acentuadamente. As políticas liberais, inspiradas pelos economistas, viram-se então condicionadas pela força dos interesses e das pressões políticas dos proprietários fundiários que exigiam medidas proteccionistas da cerealicultura «nacional». Daí, que em 1815 e, pouco depois, a partir de 1818, tivesse aumentado a coacção sobre os governantes para que se protegesse a produção de cereais da concorrência estrangeira e, como houvesse hesitações em romper com a opção liberal de finais do séc. XVIII, uma importante facção de homens ligados à agricultura, descontente, mostrou-se favorável ao movimento que conduziu à Revolução de 1820. Fê-lo, não para exigir transformações profundas na nossa estrutura agrária, que a tornassem inovadora e competitiva, mas para obter leis alfandegárias que lhe garantissem, no mercado interno, preços favoráveis.

Para desagrado dos consumidores e daqueles que desejavam ter um clima de liberdade para as suas iniciativas empresariais, essas leis redutoras da importação de cereais (Lei de 18/Abr./1821), ou mesmo proibitivas (Lei de 14/Set./1837), foram adoptadas e sustentadas até meados do século, quando foram suprimidas (Lei de 7/Ags./1854). Foi neste quadro, de grande instabilidade política e de grandes mutações na produção e mercado mundiais, que se foi passando de uma estrutura tradicional de produção de farinhas (que recorria ao moinho muscular (a atafona, hidráulico e de vento) para as moagens. Não fugimos ao movimento geral e a primeira fábrica, a vapor, de moagem, a de João Baptista Ângelo da Costa e Comp.^a, surgiu, em 1821, em Lisboa, na Rua do Bom Sucesso, na Freguesia da Ajuda, associada à fundição de ferro e à vidraria. Não teve nem nascimento, nem vida fácil. Em 1824 já tinha mudado de dono, sendo então propriedade de um ricalhaço, o Comendador Francisco António Ferreira. Os anos então vividos eram mais favoráveis aos interesses do vasto sector social que explorava a grande extensão de terras que, em Portugal, continuava a ser ocupado por searas, do que aos homens de negócios, quer fossem comerciantes, quer fossem industriais. Estes tinham de conquistar o poder político e fizeram-no depois de um arrastado e doloroso processo que só se achou devidamente resolvido, a seu favor, com a «Regeneração», em 1851.

Durante esse tempo o Estado confiscou e vendeu os bens das ordens religiosas e, a partir de 1852, os homens de negócios, os políticos e os ideólogos da nova situação instalaram-se no poder e, inspirados no industrialismo e livre cambismo inglês (que em 1846 havia triunfado), deram início a um vasto programa de modernização do país, do qual constou a liberdade de comércio e de formação de firmas individuais ou companhias para as diversas actividades. Havia-se entrado na segunda fase do processo moageiro português, que, num crescendo de iniciativas, se foi intensificando nas décadas da segunda metade do séc. XIX. Em Lisboa e Porto surgiram, várias fábricas de moagem a vapor, empresas individuais que se tornaram conhecidas ou pelo nome do seu fundador ou pelo do local onde foram construídas. A primeira fábrica teria sido a *Fábrica do Beato*, fundada por João de Brito na Freguesia dos Olivais, na Rua do Beato António, no Convento do mesmo nome. Este «iconoclasta» arrematou, em 1843-4, o convento e instalou dentro do chão sagrado da igreja, entre velhos túmulos de gente grada, a máquina a vapor que accionava a moagem. No catálogo da Exposição Universal de Paris de 1867, aparece a informação de que a fábrica fora criada em 1840, o que nos parece discutível. Alguns anos volvidos, em 1852, José Maria Eugénio de Almeida, fundou a *Fábrica do Jardim do Tabaco*. Em 1857, vendeu-a a João Ashworth & Comp.^a, para formar, com participação da Sociedade de Crédito Móvel Portuguez, a Sociedade

Anonyma de Manutenção Civil, sita na Freguesia de Santo Estevão de Alfama. Outra moagem foi a *Fábrica Domingos Binelli* (que deve estar na origem da Bellos & Comp.^a, Fábrica da Pampulha). Não detectámos a data da sua criação, mas sabemos que em 1855 fornecia a Casa Real de pão e bolacha.

Da década de sessenta pouco sabemos. O Estado liberal distanciou-se das iniciativas industrialistas e, conseqüentemente, estas não deixaram rasto na papelada das suas repartições. Faltam-nos dados que nos permitam confirmar a suspeição de que teria sido nesta altura que surgiram as unidades fabris importantes e determinantes no futuro da moagem portuguesa, como: a *Fábrica do Caramujo*, de Manuel José Gomes, a *Fábrica à Estrela*, de João José Martins, a *Fábrica em Santa Iria*, da João da Silva Ferrão de Castelo Branco, a *Fábrica de Santo Amaro* ou do *Calvário*, de Eduardo Conceição Silva & Irmão, a *Fábrica do Bom Sucesso*, de Edward Harrington (terá ligações com a primeira moagem portuguesa a vapor, a de João Baptista Ângelo da Costa e Comp.^a e, depois de 1824, do Comendador Francisco António Ferreira?), a *Fábrica de Sacavem*, de Domingos José de Moraes & Irmão, etc. Continuamos em busca das fontes que nos permitam confirmar estas hipóteses. Certeza só a temos quanto à criação, em 1861, da *Companhia Lisbonense de Moinhos a Vapor*. Possivelmente esta Companhia esteve na origem da Fábrica Lisbonense de Moagem, propriedade da Luiz da Costa & Comp.^a, da Costa & Irmãos.

De seguida, quando se avançou na década de setenta (mais precisamente, segundo algumas opiniões, entre 1874 e 1877), passou-se da fase das unidades fabris à das Companhias. Algumas delas formaram-se a partir das fábricas já existentes, mas outras são completamente novas. Em 1874, em Lisboa, surgiu a *Companhia da Fábrica do Bom Sucesso*, para explorar a fábrica pertencente a Edward Harrington, já nossa conhecida. Em 1875, fundou-se a *Companhia Industrial Eborense*, com sede em Lisboa e fábrica em Évora. Em 1877, apareceu, também em Lisboa, a *João Luiz de Sousa & Filhos*. Fábrica de Xabregas, na Rua do Barão. No fecho da década, em 1879, formou-se, com um capital superior ao de qualquer empresa moageira até então constituída, 275 000\$000, a *Companhia de Moagem de Santa Iria*, que adquiriu a fábrica de João da Silva Ferrão de Castelo Branco, em Santa Iria.

Com base na documentação que actualmente conhecemos, podemos afirmar que esta *Companhia de Moagem de Santa Iria* foi o primeiro passo dado em Portugal, no sentido da formação de um grande grupo que dominasse a aquisição de cereais e a sua farinhação. Dois anos depois de ser criada, no Inquérito Industrial de 1881, afirmou-se que esta Companhia tinha como centros de produção de farinha, as seguintes unidades fabris: a *Fábrica do Caramujo*, Setúbal, Almada, de Manuel José Gomes (desconhecemos a data da criação desta importante unidade fabril. A mais antiga referência à sua existência é esta de 1881); a *Fábrica do Beato*, de João de Brito; a *Fábrica da Pampulha*, de Bellos & Formigaes (posteriormente teve as seguintes designações: 1886, Fábrica União; 1897, Bellos & Comp.^a; 1900, Companhia Portuguesa de Moagem), a *Fábrica à Estrela*, de João José Martins (desconhecemos a data da sua criação: sabemos que em 1883 esteve na origem da criação da Companhia de Moagem da Estrela, constituída em 1883); a *Fábrica do Bom Sucesso*, pertencente a José António dos Reis (em 1874 aparece como Companhia da Fábrica do Bom Sucesso); *Fábrica de Sacavem*, Lisboa, Loures, Sacavém, de Domingos José de Moraes & Irmão (desconheço a data da sua constituição); a *Fábrica da Rua do Barão* (ou Xabregas), de João Luiz de Sousa & Filhos.

Tudo indica, pois, que, entre nós, este agrupamento de fábricas foi o primeiro grande impulso no sentido da concentração de moagens. Todavia, desconhecemos a sua evolução e apenas sabemos que, em 1892, estas unidades moageiras voltaram a surgir separadas.

Mudando de cenário, passando para o Porto, sabemos que, por volta de 1855, entre as 124 unidades fabris existentes, apenas 3 eram moagens; mas entre as 12 máquinas a vapor que aquelas indústrias empregavam, 3 pertenciam às referidas moagens: eram o moinho a vapor do *Bicalho*, o de *Pinto Basto* e o da fábrica de tecidos e fição, de *José Barbosa*, na Rua Fernandes Tomás. Nesse ano, aproveitando uma conjuntura favorável, surgiu a *Companhia Ceres*, que no entanto durou pouco, pois foi dissolvida em 1860, passando para a posse do seu principal credor, Felix Fernandes Torres. Na década seguinte formaram-se novas fábricas. Em 1875 apareceram a *Andrades Villares*, que a partir de 1881 surge com a designação de António Joaquim de Andrade Villares; a *Companhia Industrial e Agrícola Portuense* (de fição e moagem de cereais) e a *Manuel José Barreto*. Esta passou depois a *Barreto Filho & Genro*. Segundo declarações ao Inquérito de 1891, sabemos a razão por que em 1877 foi ampliada, «... não por ter lucros, ao que se diz, mas por ter reconhecido que nada conseguiria trabalhando em pequena escala...».

A partir de meados do século, até meados da década de setenta decorreu, pois, um tempo que se mostrou favorável à criação de fábricas de moagem a vapor e que, presumivelmente, este tempo se prolongou e intensificou nos anos sessenta. Mas de seguida, na década de setenta e oitenta, os capitais avolumaram-se, dando origem a companhias que, muito provavelmente, foram as responsáveis pela introdução das técnicas moageiras mais avançadas. As moagens passaram a ter uma crescente capacidade de farinação e os moageiros foram acumulando influência económica e política.

De imediato, surgiram queixas dos que viviam da moenda tradicional e que eram muitos. Bastantes anos mais tarde, em 1918, ainda eram numerosos: 10 903 nos moinhos de água e 2 943 nos de vento. Mas outras malquerenças se levantaram. Um polemista e estudioso do assunto, o Visconde de Coruche, que «por acaso» não gostava nada dos interesses moageiros, como facilmente se deduz das suas palavras, pois era um homem da «Lavoura», ao referir-se à década de setenta, escreveu: «...D'esta época data o que chamarei período em que a especulação se fez francamente indústria, como o demónio se fez moleiro. O grande e o pequeno capital disponível, não poucas vezes propenso a aliar-se à especulação, principiou a afluir em grandes massas à indústria das moagens... O Comércio de cereaes tende a monopolizar-se na mão de grandes fábricas...» A mesma opinião foi expressa por Oliveira e Souza, outro paladino da «Lavoura», ao defender que, entre 1870 a 1882, quando «...a crise cerealífera alargou a sua área...», se assistiu ao desaparecimento dos antigos moleiros e ao desenvolvimento das fábricas nacionais de moagem de cereais estrangeiros. Por outro lado, Moraes Soares e Ferreira Lapa afirmaram que nessa altura, embora a generalidade da nossa indústria moageira se mostrasse rotineira e primitiva, já existiam alguns grandes estabelecimentos que executavam «...a moagem e a peneiração pelo systema adoptado nos paizes mais adiantados, extrahindo-se do grão 70 a 80 por cento de farinha de primeira qualidade...».

Passados os meados de oitenta, entrou-se numa fase de colisão dos grandes proprietários fundiários, agora baptizados de «Lavoura», com os comerciantes e industriais que se recusavam a aceitar que os interesses daqueles, com manias

senhoriais e pouco propensos a compreender e viver de acordo com o que as grandes revoluções do séc. XIX traziam de novo aos europeus, fossem, como eles queriam, considerados patrióticos, «nacionais». Já antes e talvez para impedir que o nacionalismo fosse apropriado pelos agrários, que confinavam o interesse nacional aos limites estreitos das suas rendas, João de Brito, cujo nacionalismo se confundia com os progressos da indústria, concretamente da moagem, solicitara e conseguira, pelo alvará de 5 de Março de 1849, da Rainha D. Maria II (assinado pelo Duque de Saldanha), que a sua Fábrica do Beato tivesse a designação de *Fábrica Nacional*.

Perante os ataques que lhe eram movidos, em Fevereiro de 1886, a «Moagem» achava inadmissível que se desenvolvesse «...qualquer indústria pelo sacrifício de outra» e, no ano seguinte, em 23 de Março, refutava a opinião dos que procuravam impor-lhe princípios diversos dos que regiam as outras indústrias, olvidando-se, com isso, os bons serviços que, em seu entender, estava prestando ao país. Estas petições trazem as assinaturas dos representantes das mais importantes firmas moageiras da área de Lisboa: *Fábrica do Caramujo*, da Viúva de Manuel José Gomes & Filhos, *Fábrica da Pampulha* ou *Fábrica União*, de Bellos & Formigaes, *Fábrica da Estrela*, director Manuel Barreira, *Fábrica do Beato* de João de Brito, *Fábrica de Santo Amaro* ou do *Calvário*, de Eduardo Conceição Silva & Irmão, *Fábrica de Sacavem*, de Domingos José de Moares & Irmão, *Fábrica Aliança*, na Rua do Barão, de João Luiz de Sousa & Filhos, *Companhia de Moagem de St.^a Iria*, gerente, Pedro Gomes da Silva, *Fábrica Lisbonense de Moagem*, propriedade da Luiz da Costa & Comp.^a, representado por Custodio Nunes Borges, administrador da firma Costa & Irmãos, *Fábrica de Alcântara*, propriedade da Baptista & Comp.^a, *Fábrica do Arco de Jesus*, da firma Francisco C. Melleiro, representada por José Francisco da Castro, gerente da firma, *Fábrica do Bom Sucesso*, propriedade da Reis & Ramires.

A força deste grupo, o crescente controlo do mercado de farinhas e as animosidades de vulto que suscitava entre os grandes proprietários fundiários, foram algumas das razões que teriam levado o Governo a criar, em 1888, no Convento das Carmelitas (Grilas), onde estava instalada a Padaria Militar, uma fábrica de moagem – a *Manutenção Militar*. Tinha uma importante capacidade de laboração (300 000 Kg em 24 horas), e foi apresentada como um «órgão regulador de preços... libertando deste modo os consumidores dos especuladores, obrigando-os a limitar os seus lucros...»

É, pois, inequívoco que, a partir de meados do século dezanove, se avolumou o capital investido na moagem. Inicialmente estava-se sobretudo em presença de unidades fabris, designadas pelo nome dos seus proprietários. Todavia o fenómeno das companhias, que cedo se começou a revelar, pois encontramos-lo no Porto em 1855, com a criação da Companhia Ceres e, em Lisboa, em 1857, com a formação da Sociedade de Manutenção Civil, só se mostrou irreprimível a partir de meados da década de setenta. A partir de então e prolongando-se pelas décadas de oitenta e noventa, o fenómeno das companhias moageiras revelou-se o mais significativo dentro deste sector industrial. Em finais de 1882, a *Comp.^a de Moagem de St.^a Iria*, constituída havia quase três anos, reformou os estatutos e elevou o capital. Em Setembro de 1883, surgiu outra importante firma, a *Comp.^a de Moagem da Estrela*, criada com a finalidade de adquirir e explorar a Fábrica da Estrela, de João José Martins, sita na Travessa do Pinheiro, em Lisboa. No ano de 1884, surge na Chamusca uma fábrica de moagem a vapor, a *Comp.^a Bom Intento*. Em 1888 foram criadas a

Comp.^a de Moagem de Viana do Castelo e a Comp.^a Elvense de Moagem a Vapor. Em Abril de 1889, apareceu a *Comp.^a de Moagem do Barreiro* e no mês seguinte, a *Comp.^a de Moagem e Panificação a Vapor.* A *Comp.^a de Moagens Harmonia* (Porto) foi sido constituída em 1890, mas só acabou de se instalar em 1892. Ainda em noventa, apareceu a *Comp.^a de Moagens e Massas de Beja.* Em 1891, em Fevereiro, formou-se a *Comp.^a Progresso Fabril.* No mesmo ano, em Agosto, surgiu a *Comp.^a Tavirense de Moagens e Massas a Vapor.* Finalmente, em 1892, surgiu a *Nova Comp.^a de Moagens de St.^a Iria*, que resultou da fusão da *Comp.^a de Moagem de St.^a Iria* (criada em 1882), e da *Comp.^a de Moagem do Barreiro* (criada 1889).

ANO	COMPANHIA	CAPITAL SOCIAL
1855	Comp. ^a Ceres	40 000\$000
1857	Sociedade de Manutenção Civil	144 000\$000
	<i>Total</i>	184 000\$000
1862	Comp. ^a Lisbonense de Moinhos a Vapor	100 000\$000
	<i>Total</i>	100 000\$000
1874	Comp. ^a da Fábrica do Bom Sucesso	150 000\$000
1875	Comp. ^a Industrial Eborense	160 000\$000
1875	Comp. ^a Industrial e Agrícola Portuense	300 000\$000
1876	Comp. ^a Industrial de Fafe	130 000\$000
1876	Comp. ^a Edificadora e Industrial de Coimbra	200 000\$000
1879	Comp. ^a de Moagem de Santa Iria	275 000\$000
	<i>Total</i>	1 215 000\$000
1880	Nova Comp. ^a Ceres	120 000\$000
1883	Comp. ^a de Moagem da Estrela	200 000\$000
1884	Comp. ^a Bom Intento	20 000\$000
1888	Comp. ^a de Moagem de Viana do Castelo	150 000\$000
1888	Comp. ^a Elvense de Moagem a Vapor	40 000\$000
1889	Comp. ^a de Moagem do Barreiro	200 000\$000
1889	Comp. ^a de Moagem de Panificação a Vapor	150 000\$000
	<i>Total</i>	880 000\$000
1890	Comp. ^a de Moagem e Massas de Beja	150 000\$000
1890	Comp. ^a de Moagem Harmonia	150 000\$000
1890	Comp. ^a Progresso Fabril	50 000\$000
1891	Comp. ^a Tavirense de Moagens	24 000\$000
	<i>Total</i>	491 000\$000
	<i>Total Geral</i>	2 726 000\$000

Em nossa opinião, em 1892, com a criação da Nova Companhia de Moagens de Santa Iria, entrou-se no segundo instante de concentração do capital moageiro. Esta concentração acirrava inimizades e suscitava fortes críticas, agitando os meios políticos e alimentando as polémicas jornalísticas. Aliás, estas querelas são o primeiro tempo da chamada «Questão Moageira», no seio da qual existia uma componente social, pois o pão continuava a base da alimentação dos trabalhadores, levando ao aparecimento de discursos e esforços que pretendiam de retirar o fabrico de farinhas e pão da órbita do grupo poderoso das moagens.

Em 1897 foi assinada a escritura de «*A Libertadora – Sociedade Cooperativa de Panificação e Moagem de Cereais*». Tinha a sede em Lisboa e visava: o fabrico e venda de pão, a moagem, a criação de um sistema de distribuição e alugar ou comprar terrenos para lavoura de cereais por conta própria. Objectivos ambiciosos... como convinha à grande generosidade da ideia cooperativa. Para que conste, esta iniciativa deveu-se aos esforços de: Joaquim Sabino de Oliveira, comerciante e proprietário; João Ferreira, impressor tipógrafo; João de Deus Lobato, industrial e proprietário; José Joaquim Ferreira, Proprietário; Joaquim Augusto da Silva Monteiro, empregado público; Francisco Firmo de Oliveira, Industrial; Gabriel José Ferreira Neves, torneiro mecânico.

Recuando um pouco, em 15 de Julho de 1889 foi publicada a lei que, no dizer de Henrique de Barros, impôs um rumo «neo-proteccionista» à cerealicultura portuguesa. A partir de então abriu-se uma série de «Pareceres» e de «Petições» que, ao sabor dos bons e maus anos agrícolas e das perturbações nos preços e quantidades de cereais ofertados no mercado internacional, levaram o Governo a elaborar uma vasta e complexa regulamentação para a aquisição, armazenagem, circulação e transformação do grão em farinha. Os debates e a legislação respeitantes à «Moagem» avolumaram-se, assim, entre as muitas centenas de páginas com «leis agrícolas» e o processo moageiro português passou a estar ciosamente vigiado pelos sucessivos organismos que foram sendo criados no seio das «Direcções», e mais tarde do «Ministério», responsáveis pela agricultura.

A Carta de Lei de 15 de Julho de 1889 proibiu o despacho, para consumo, de trigo estrangeiro de qualquer proveniência. Só se autorizariam entradas desde que as fábricas de moagem tivessem comprado ou farinado uma quantidade de grão nacional igual ou superior ao dobro da que pretendiam importar ou então se o preço do trigo nacional ultrapassasse os 60 réis por quilo, ou, ainda, se o Conselho do Mercado Central dos Productos Agrícolas declarasse não existir oferta de grão nacional. Coagidos pela lei... os moageiros tinham de engolir o grão da «Lavoura»!

Para dar satisfação às suas persistentes exigências, o direito imposto aos cereais importados era, no diploma de 15 de Julho, elevado – 20 réis por quilograma. A moagem, achando-se lesada, reagiu com vivacidade, ameaçando inclusivamente paralisar a sua actividade. Não precisou de o fazer, pois se por um lado a «Lavoura» beneficiava de uma conjuntura favorável e impunha as suas soluções proteccionistas, por outro não se havia esbatido a força ineludível e enraizada do défice cerealífero português, e as importações (embora com oscilações mais vincadas) continuaram a ter de fazer-se... e a moagem, que era a importadora, continuou a aumentar de importância!

Vinte réis pagos por quilograma de trigo importado agradava visivelmente à «Lavoura», mas era um imposto pesado. Contudo, por força das circunstâncias, já em 27 de Fevereiro de 1890 houve que o baixar para 16 réis. Em Abril desse mesmo ano, devido aos apuros surgidos no abastecimento, pediu-se à moagem que mandasse vir, fosse donde fosse, cereais, e em Julho o direito tombava para 7 réis. Passado algum tempo, em Março de 1892, foi autorizada a importação de 60 000 000 quilos de trigo, com o módico direito de 1,5 réis por quilograma.

Aquele volumoso montante de cereais importados seria distribuído pelas unidades moageiras que, para o efeito, se tivessem matriculado, ou seja, se inscrevessem na sede do círculo aduaneiro a que pertenciam, tendo, para tanto, fornecido dados relativos à sua localização, designação e propriedade (futuramente outros se exigiriam). Com base nestas declarações, a Comissão dos Cereais

atribuída a cada moagem a quota de trigo exótico que podia importar, tendo a primeira «Tabela de Rateio» sido publicada no Diário do Governo de 1892.

Desde então até 1923 foram elaboradas, pelo menos uma vez por ano, quarenta e uma «tabelas de rateio» do trigo importado. O número de moagens inscritas foi variando. Em 1910 atingiu-se o cume do movimento ascensional que se acentuou sobretudo a partir de 1906 e que, segundo Artur Baptista, resultava não só da reconstrução de inúmeros moinhos de vento e água, mas ainda da dispersão pelo país de múltiplas moagens a vapor e hidráulicas. Nessa altura, moinhos e fabriquetas, atraídos pelos lucros da importação, increveram-se na tabela de rateio, entrando numa fugaz concorrência com as grandes moagens que de havia muito dominavam o negócio da farinha do cereal exótico.

Durante os referidos decénios, passaram pelas tabelas 265 moagens. Umas, muito poucas, mantiveram-se inscritas durante todo (ou quase todo) o tempo, enquanto outras, a grande maioria, tiveram uma presença efémera: só 36 fábricas estiveram inscritas durante mais de vinte anos, 57 oscilaram entre os dez e os vinte, e as restantes 172 abaixo de dez. A ilusão durou pouco. Calculando a correlação entre a permanência de cada moagem nas tabelas de rateio de trigo exótico e a sua força produtiva, verifica-se que as empresas inscritas durante mais tempo eram as que detinham maior capacidade de laboração e que, claro está, receberam as maiores quantidades de cereal importado. Verifica-se, assim, que apenas um reduzido número de moagens (4) recebeu percentagens de trigo situadas entre os 8,19 e os 9,32%. Um grupo intermédio de firmas (23) teve quotas entre 1,5 e 4,53%. As restantes (238) dividiram entre si ínfimos quantitativos, abaixo de 1,5%.

Analisando a distribuição destas empresas pelo espaço nacional verifica-se que, se em termos de unidades moageiras o norte matriculou, para efeitos de recepção de trigo exótico, o maior número de moagens, já no respeitante à capacidade de laboração das unidades inscritas outro tanto se não verificava. Em 1901, as seis maiores empresas do Porto e de Lisboa (com seus arredores) tinham a seguinte capacidade de laboração:

1901

Força produtiva (A) e laboração efectiva (B) anual em toneladas de trigo

PORTO E ARREDORES	FIRMAS	(A)	(B)
PORTO E ARREDORES	J. H. Andressen	24 900	7 198
	Barreto Filho & Genro	21 390	8 033
	Comp. ^a de Moagem Harmonia	20 274	5 726
	Formigal & Irmãos	19 800	9 135
	José da Silva Monteiro & C. ^a	16 500	5 545
	Andrades Villares	9 000	2 385
	Totais	112 764	38 022
LISBOA E ARREDORES	Domingos José de Moraes & Irmão	70 500	22 659
	Viúva de Manuel José Gomes & Filhos	46 500	18 063
	Bellos & Formigães	39 900	14 877
	João de Brito	31 200	15 362
	João Luiz de Sousa & Filho	21 300	12 426
	Eduardo Conceição Silva & Irmão	17 400	7 698
	Totais	226 800	91 085

Os dados atestam que, na abertura do século vinte, quer em força produtiva, quer em laboração efectiva a moagem da capital ultrapassaria em muito a sua congénere do Porto. O fenómeno já se encontrava presente em 1892, pois a quantidade de trigo rateado na tabela de 5 de Abril daquele ano (a primeira) era para Lisboa (28 326 000 Kg.), ou seja sensivelmente o dobro da que cabia às firmas portuenses (14 367 362 Kg.); distância que em 1901 se confirma.

Um novo estudo de conjunto sobre a força produtiva das moagens inscritas só viria a ser publicado em 31 de Julho de 1918. Continuando a cingir-nos apenas às seis maiores empresas de Lisboa e do Porto, vemos que, como era de esperar, a sua força produtiva e laboração efectiva se haviam alterado. Todavia, passados vinte e seis anos, mantinha-se a tendência inicial da superioridade da força produtiva da moagem lisboeta em relação à da cidade «Invicta».

1918

Força produtiva (A) e laboração efectiva (B) anual, em toneladas de trigo

PORTO E ARREDORES	FIRMAS	(A)	(B)
	Barreto Filho & Genro	38 592	5 934
	Fábrica da Senhora da Hora, Lda.	29 880	6 682
	Fábrica de Moagem Invicta / Afurada	34 098	6 691
	Fábrica de Moagem Invicta / Freixo	27 880	5 472
	Fábrica de Moagem Invicta / Valbom	16 863	3 309
	Fábrica de Moagem Invicta / S. Jerónimo	15 936	3 127
	Totais	163 257	31 215
LISBOA E ARREDORES	Nova C. ^a Nacional de Moagem / Rua 24 de Julho	79 354	17 373
	Nova C. ^a Nacional de Moagem / Beato	66 234	14 459
	Nova C. ^a Nacional de Moagem / Sacavém	50 922	11 117
	Nova C. ^a Nacional de Moagem / Xabregas	42 066	9 183
	Viúva de A. J. Gomes & Comp. ^a , Comandita	56 025	13 635
	Cruces & Barros	43 965	10 288
	Totais	338 566	76 055

Simultaneamente, verifica-se que as maiores fábricas do sector estão agora integradas, quer numa, quer noutra cidade, em duas Companhias resultantes de mais um impulso de concentração, o terceiro, que se deu entre 1904 e 1908, com a criação, em Lisboa, da *Companhia Nacional de Moagem* (pouco depois, em 1907, *Nova Comp.^a Nac.^a de Moagem*) e no Porto, da *Companhia de Moagem Invicta*. Numa e noutra cidade, poucas foram as empresas importantes não abrangidas por este poderoso movimento.

O grupo de Lisboa, mais poderoso, foi o primeiro a constituir-se. A *Companhia Nacional de Moagem* teve na base uma firma antiga (desconhecemos a data da criação da unidade fabril), a *Domingos José de Moraes & Companhia* (anteriormente, Domingos José de Moraes & Irmão), sita em Sacavém e que já em 1892 era a unidade fabril com maior força produtiva do país. No início de 1904, a partir dos seus edifícios, anexos, maquinismos, quotas de rateio, etc., fundou-se a *Companhia Nacional de Moagem*, para farinação, comércio de cereais, descasque de arroz e «...aproveitamento dos sub productos e quaesquer industrias congeneres, accessorias e derivadas, como panificação e fabrico de massas alimenticias e bolachas». Tinha um capital social de 600.000\$000 réis e

o seu primeiro concelho de administração foi constituído pelos accionistas: João Pedro de Sousa, Manuel Rodrigues Vaquinhas, Fernando Formigal de Moraes, Carlos Alberto Soares Cardoso.

No ano seguinte anexou mais duas grandes unidades fabris, a *Francisco Carmello Melleiro, Sucessores*, e a *Nova Companhia de Moagem de Santa Iria*, constituída, como já referimos, em 1892.

A concentração reforçou-se ainda mais quando, nos começos de Julho de 1907, se fundou a *Nova Companhia Nacional de Moagens*. Tinha um vultuoso capital social, 4.368.900\$000, e englobava, para lá da Companhia Nacional de Moagem, outras importantes e antigas firmas de Lisboa e arredores; a *João Luiz de Sousa & Filhos* (Fábrica de Vapor Alliança), de Xabregas, a *Companhia Portuguesa de Moagens* (ex Bellos & Formigaes), na Rua Vinte e Quatro de Julho, a *José Pedro da Costa*, no Seixal, a *Cesario Castor Melleiro*, fábrica de massas em Lisboa e metade do Moinho Novo do Seixal, a *M. M. Gomes Melleiro*, fábrica de massas em Belém (na Rua da Cadeia) e a metade restante do Moinho Novo do Seixal, a *Viúva de J. B. Chaves & Comp.^a*, fábrica de massas, na Rua da Palma, a *Baptista & Companhia*, de Cascais, a *Sociedade Domingos José Moraes & Comp.^a*, que negociava em cereais, a *Miguéis e Filhos*, no Breyner-Barreiro, a *Costa & Irmãos* (Fábrica Lisbonense de Moagem), Rua 24 de Julho e a *Companhia de Moagens da Estrella*.

Quando em Julho de 1910, a Nova Companhia inaugurou, com a presença de D. Manuel II, mais uma unidade fabril, a sua Gerência mostrava-se entusiasmada: «...É esta uma das 17 fábricas que a nossa Companhia, de capital social e nacional de 4.914.900\$000 réis, conta sob a sua directa administração. Connosco labutam na nossa empresa muitas centenas de cidadãos portugueses, nos nossos amplos misteres e suas dependências, na indústria cerealífera sob todos os aspectos e respectivo comércio, o que intimamente nos prende à agricultura e à vida da metrópole, das ilhas adjacentes e das colónias...»

A Nova Companhia Nacional de Moagens reformulou os seus estatutos em Janeiro de 1918, e em Julho do mesmo ano, entre as seis maiores unidades fabris de Lisboa, quatro pertenciam-lhe. De fora ficavam apenas a *Viúva de A. J. Gomes & Companhia, Comandita*, sita no Caramujo, e a *Cruces & Barros*, da Póvoa de Santa Iria. Num total de cinquenta moagens inscritas, a Nova Companhia possuía seis – 12% – que entre si repartiam (pasmem-se!) 35% do trigo importado.

Quanto à *Companhia de Moagem Invicta*, criada em 18 de Março de 1908, à partida englobava quatro das maiores firmas nortenhas, e que já o eram em 1892: a *Andrades Villares* (Rua de S. Jerónimo), a *Formigal & Irmãos*, depois Formigal & Comandita, (Freixo - Campanhã). Em 1903, aparece com a designação de «A Favorita», a *José da Silva Monteiro* (em 1891, aparece como Fábrica Concórdia de Moagem de Trigo a Vapor, pelo Systema Austro-húngaro, Porto, na Rua do Infante D. Henrique, n.º 82, 2.º; posteriormente, depois de 1895, surge como Silva, Fonseca & Companhia, em 1907, como Pinto da Fonseca & Irmão e, em 1908, como Comp.^a de Moag. Invicta) e a *J. H. Andresen* (Afurada - Vila Nova de Gaia).

A *Companhia de Moagem Invicta* tinha um capital social da ordem dos 988.800\$000 réis, subscrito por J. H. Andresen, Sucessores (310.000\$000), Formigal & Commandita (290.000\$000), Pinto da Fonseca & Irmãos (170.000\$000), Andrades Villares (210.000\$000), Fernando Rodrigues Formigal (1.000\$000), Alberto Henriques Andresen (1.000\$000), Guilherme Henriques Andresen (1.000\$000), Elias de Andrade Villares (1.000\$000), Luis de Andrade Villares (1.000\$000), Alberto Nunes de Figueiredo (1.000\$000).

Um quarto salto no sentido da concentração veio a dar-se entre 1918 e 1919, quando surgiram mais bem definidos, dois grandes grupos: um surgiu da *Nova Comp.^a Nacional de Moagem*, foi o da *Companhia Industrial de Portugal e Colónias*, e o outro foi a formação da *Sociedade Industrial Aliança*, que se formara a partir da *Fábrica do Caramujo* e da empresa *Cruces & Barros*. Com isto entramos no culminar desse quarto tempo na concentração da indústria moageira portuguesa, que se começara a esboçar, segundo alguns, com a criação, em 1918, da Moagem Aliança e com a revisão, em 7 de Janeiro desse ano, dos estatutos da Nova Comp.^a Nacional de Moagem.

A *Companhia Industrial de Portugal e Colónias*, com um capital social da ordem dos 16.999.920\$00, era a mais poderosa estrutura moageira de todas as que haviam sido criadas entre nós. Tinha a sede no Jardim do Tabaco e possuía agora as seguintes empresas: a *Fábrica de Moagem e Descasque de Arroz*, em Sacavém, a *Fábrica de Massas e Bolachas*, na Rua 24 de Julho, Lisboa, a *Fábrica de Moagem e Bolachas*, na Rua de Santo Amaro, a *Fábrica de Moagens*, em Xabregas, Lisboa, a *Fábrica de Moagens*, na Estrela, Lisboa, a *Fábrica de Moagens* em Serpa, a *Fábrica de Massas*, na Rua do Barão, Lisboa, a *Fábrica de Massas*, em Caminha, a *Fábrica de Descasque de Arroz*, na Rua 24 de Julho, Lisboa.

O activo e passivo da *Nacional*, no valor de 16 000 000\$00, passou, em 19 de Dezembro de 1919, para a Portugal e Colónias, cabendo-lhe, em troca, 177 777 acções do novo empreendimento. As restantes 11 000 foram assim repartidas pelos accionistas: Manuel Vicente Ribeiro, Espírito Santo Silva & C.^a, Vierling & C.^a, José Henriques Tota & C.^a, José Henriques Tota, Dr. José Emídio Ribeiro Correia Guedes, Raúl Monteiro Guimarães, Eduardo Ramiro dos Reis (cabendo 794 a cada um); Fernando de Oliveira Belo, Eugénio de Sousa, José Lino Júnior, Carlos Ramires dos Reis, José Correia de Sousa e José Abreu Reis (cabendo 793 a cada um).

Perante esta poderosa e tentacular concentração, e com o objectivo de criar uma fábrica de moagem e de massas alimentícias em Beja, formou-se (em 25 de Fevereiro de 1818), um segundo grupo moageiro, a *Moagem Aliança, Limitada*, que aglutinou a Companhia de Moagem Invicta, do Porto, (constituída, como se disse, em 18 de Março de 1908) e duas das maiores moagens de Lisboa que haviam resistido à integração na Nova Companhia Nacional – a Viúva de A. J. Gomes & Comp.^a, Comandita, e a Cruces & Barros, Lda. Este grupo tinha sede em Lisboa e esteve domiciliado provisoriamente na Rua 1.º de Dezembro, n.º 122, 2.º andar.

O seu capital social quedou-se por 300.000\$000, quantia muito abaixo do valor das firmas que a originaram. Passados alguns meses da criação da Moagem Aliança, Lda., em 26 de Setembro de 1918, a companhia foi dissolvida e o seu passivo entregue à responsabilidade dos sócios da Moagem Invicta, da Viúva A. J. Gomes e da Cruces & Barros. Mas na mesma data e como resultado da fusão da Cruces & Barros (da Póvoa de Santa Iria) e da Viúva A. J. Gomes (do Caramujo), estabeleceu-se a *Sociedade de Moagem Aliança*, com um capital social de 5 000 000\$00.

A *Cruces & Barros* aparece-nos pela primeira vez matriculada em Fevereiro de 1916, sendo-lhe atribuída uma quota de rateio de trigo exótico de 2,95%. Seguidamente tem: na «Tabela» de 12 de Outubro de 1916, 3,21%; na de 31 de Julho de 1918, 6,03% e na de 21 de Outubro do mesmo ano, 5,93%. É uma percentagem superior à de qualquer empresa do Norte do país, e encontra-se entre as primeiras da área de Lisboa. Em 29 de Janeiro de 1918, por motivo

«...das cessões de partes de cotas a favor da Sociedade de Padarias, Limitada», dissolveu-se a firma Cruces & Barros e formou-se uma outra com a mesma designação. Esta tinha um capital social de 850 000\$00, que correspondia às quotas dos sócios: José Manuel Cruces Alvarez (423 000\$00) e Domingos Alfredo Barros (425 000\$00). A fábrica, situada na Póvoa de Santa Iria, com sua maquinaria e instalações, foi avaliada em 550 000\$00. Na gerência da firma, além dos dois sócios já mencionados, juntou-se um nome que se veio a destacar na liderança dos moageiros de segundo plano: Carlos Machado Ribeiro Ferreira.

Quanto à firma *Viúva A. J. Gomes & C.^a, Comandita*, sabe-se que é uma unidade fabril antiga. Na «Representação» das indústrias de moagem de Ferveiro de 1896 tem a designação de Viúva de Manuel José Gomes & Filhos e a partir de 1899 passa a chamar-se A. J. Gomes & Comandita (em 1900 acrescentava-se «Viúva de Manuel José Gomes & Filhos»). Em 1910 surge como *Viúva A. J. Gomes & C.^a, Comandita* (a viúva era Dona Maria Soares da Rocha Gomes). A fábrica situava-se no largo de S. Tiago, ao Caramujo, do Concelho de Almada, e os escritórios ficavam no largo do Terreiro do Trigo n.º 16. Na área de Lisboa (e a nível nacional), em 1892 cabia-lhe a terceira maior percentagem de trigo exótico importado. Quanto à sua força produtiva, em 1901, era de 46 500 000 Kg/trigo ano, sendo apenas ultrapassada pela Domingos José de Moraes & Irmão.

Quando em 26 de Setembro de 1918 foi criada a *Sociedade de Moagem Aliança, Lda.*, o valor da maquinaria, instalações e outros pertences, como os direitos industriais da fábrica do Caramujo, foram avaliados em 985 357\$00. Incorporava então as seguintes firmas: a *Viúva de A. J. Gomes & Comp.^a Lda.*, a *Cruces & Barros*, as *Fábricas de Moagem Invicta*, a *Companhia Portuguesa de Assucars*. Tinha fábricas em Lisboa, no Porto, Beja, Caramujo e Barcelos, e escritórios, em Lisboa na Rua 1 de Dezembro n.º 122, e no Porto na Rua Santos Pousada n.º 380. Em Janeiro de 1919, a Sociedade adquiriu a *Fábrica de Moagem do Rio Tinto, Lda.*

Neste ano, para efeitos de rateio do trigo exótico, encontravam-se matriculadas cinquenta e oito unidades fabris; seis pertenciam à Nova Companhia Nacional de Moagem, e sete à Sociedade de Moagem Aliança, Lda., cabendo à primeira 38,5% do trigo importado e à segunda 23,2%. Os dois grupos rivais, em conjunto, recolhiam 61,7% do grão exótico entrado legalmente no país.

Em 11 de Fevereiro de 1920, este grupo deu um novo salto; com base no activo e passivo da Sociedade de Moagem Aliança, formou-se a *Sociedade Industrial Aliança*, com um capital social de 10 000 000\$00, integralmente subscrito e dividido em 100 000 acções; à anterior sociedade pertenceram 90 000, sendo as restantes divididas por: António da Costa Faria (2 250 acções), Domingos Alfredo Barros (2 250), Carlos Machado Ribeiro Ferreira (2 250), José Manuel Cruces Alvarez (2 250), José Maria Alvarez (200), Eugénio Alvarez (200), Manuel Rivera Duran (200), Ernesto Ferreira (200), Elísio Ferreira do Vale (200). Para o conselho de gerência do primeiro triénio foram eleitos: António da Costa Faria, Domingos Alfredo Barros, Carlos Machado Ribeiro Ferreira, José Manuel Cruces Alvarez.

Em Agosto de 1922, nove fábricas, entre oitenta e três, pertenciam à Companhia Industrial de Portugal e Colónias, que passou a deter 35,99 % do cereal importado. À Aliança, com sete fábricas, cabiam 18,55%, ficando os restantes 45,5% para as outras sessenta e sete unidades fabris – poucas de Lisboa e do Porto, a maioria dispersa pelas cidades e vilas do interior. Muito naturalmente,

esta poderosa concentração acabou por suscitar um certo clima de hostilidade, como se detecta pelo desabafo com que o conselho de administração da Portugal e Colónias abria o relatório do ano de 1920-21: «Serão as nossas primeiras palavras para assinalar o desapêgo com que, por contumaz injustiça, é, em regra, compensado o consumo de energias e esforços que têm sido mester dispendir no exercício dos negócios desta empresa que, como todas as de utilidade pública, é alvo constante das malquerenças, que erros alheios criam...» Afirmava-se que as frequentes mudanças na política estatal para a moagem lesavam a sua actividade. Este intervencionismo, sendo resultado de medidas que o tempo fora avolumando, criara uma emaranhado de regras que tornara a moagem um campo altamente especializado. Não obstante, a Portugal e Colónias continuava a modernizar-se e a expandir-se, indo estabelecer-se na província de Angola, cumprindo, assim, a seu ver, um «...objectivo altamente patriótico».

Para responderem à poderosa compressão a que a Portugal e Colónias e a Sociedade Industrial Aliança estavam a submetê-las, e para conseguirem adquirir grandes quantidades de cereais (o que nenhuma empresa só por si conseguiria), as restantes moagens tiveram necessidade de se associar. Várias tentativas de formação de «Cartéis» foram então surgindo. Visavam sobretudo a compra de cereais no mercado internacional.

Aliás, a partir de finais de 1917 apareceu um leque de empresas e companhias que teria acerado ainda mais os problemas da concorrência.

Em 1917 formaram-se: no Torrão, a *Sociedade de Moagens Sacadura*; em Ovar, a *União dos Industriais de Padarias do distrito de Aveiro*. Em 1918, surgiram: em Lisboa, a *Sociedade Padarias, Lda.*; no Porto, a *Sociedade de Moagem de Negrelos*, a *Moagem e Panificação do Norte, Lda.* e a *Empresa de Moagem do Ouro*. Em 1919, no Porto, apareceram: no Porto, apareceu a *Companhia de Moagem e Panificação Vitória*, tendo a *Fábrica de Moagens Portuense, Lda.* aumentado o seu capital; em Leiria, surgiu a *Companhia Leiriense de Moagem*; em Lisboa, a *Empresa Vila Franca de Moagem*; a *Empresa de Moagem Bonfim, Lda.*, a *Companhia de Moagem Lisbonense* e a *Sociedade Portuguesa de Moagem, Lda.*; em Castelo de Vide, a *Empresa Eléctrica de Oleicultura e Moagem, Lda.* Para além destes empreendimentos poderá haver outros, que possivelmente escaparam à nossa investigação.

Foi no contexto destas rivalidades que, em 25 de Novembro de 1922, surgiu a *União dos Moageiros, Lda.* Pequenas fábricas da província, e algumas firmas de importância secundária de Lisboa e Porto, formaram este organismo para as representar e ajudar a solucionar algumas das suas dificuldades.

Decorria então um duro despique entre moageiros (entre os grandes e os grandes e os pequenos) que alimentou a mofa dos humoristas e os remoques dos publicistas e que movimentou os políticos. Esse despique desenrolou-se nas malhas de uma complexa regulamentação e influenciou o exercício do poder político – essa encruzilhada onde inevitavelmente se tinham de encontrar interesses tão vultuosos, personalidades tão poderosas e sectores sociais tão melindrosos, como foram os que definem a questão da moagem e das farinhas, nos inícios dos anos vinte.

